



13045670



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b>	22/10/2020	
<b>LOCAL:</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1.	André Luiz de Almeida Mendonça	GM
2.	Tercio Issami Tokano	SE
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	David de Lima Freitas	SPO
5.	Rodrigo Lange	DTIC
6.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
7.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
8.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
9.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
10.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
11.	Jeferson Lisbôa Gimenes	SEOPI
12.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
13.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
14.	Ronaldo Vieira Bento	OUV
15.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
16.	Juliana Coelho Antero	CGGE
17.	Eduardo de Sousa	SAA
18.	Natália Reis	AFEPAR
19.	Sílvia Oliveira	SENAJUS

20.	Vinicius Eloy dos Reis	CADE
21.	Alexandre Futuro	GM
22.	Wellington Clay Porcino Silva	PF
23.	Diogo Dominici Soriano	SENAD
24.	Leonardo Bernardes	SENACON
25.	Giovanni Magliano	SENAD
26.	Diego Mantovaneli do Monte	DEPEN
27.	Gilmar Araujo	SPO
28.	Thiago Ferreira	SEOPI
29.	Ronney Matsui	SENASP
30.	Valmirio Alexandre Gadelha	AEAL
31.	Alexandre Rabelo Patury	SENAJUS
32.	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
33.	Karla Nogueira	SENAJUS
34.	Bruno de Oliveira Almeida	CGGE
35.	João Bosco Teixeira	CONJUR
36.	Rogério Xavier Rocha	SAA
37.	Juliana Rojas	SEOPI
38.	Leonardo de Melo Costa	SPO
39.	Agricio da Silva	SENASP
40.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
41.	Sergio Rodrigues	SPO
42.	Maria Cardoso	SEOPI
43.	Rian Corrêa	SPO
<b>PAUTA:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura;</li> <li>2. Considerações iniciais e pauta da reunião;</li> <li>3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 – panorama de projetos e de indicadores;</li> <li>4. Planejamento Estratégico 2020-2023 – validação da revisão de outubro de 2020;</li> <li>5. Informe SPO/SE;</li> <li>6. Informe AECI;</li> <li>7. Encaminhamentos.</li> </ol>	
<b>DELIBERAÇÕES</b>		

1. O Ministro, Sr. André Mendonça, deu início à reunião destacando a importância do Comitê de Governança Estratégica – CGE para o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP e para o acompanhamento da gestão. Além disso, agradeceu a todos pela presença e pelo empenho durante os seis meses de sua gestão. Comentou ainda que os projetos estratégicos são especialmente acompanhados por meio do *PowerBI* e sobre a importância da apresentação de dados *online*, principalmente indicadores numéricos, tanto para o governo quanto para a sociedade.
2. Na próxima reunião do CGE, no dia 26 de novembro, além das três unidades normalmente escolhidas para apresentar o monitoramento do planejamento estratégico, os titulares das unidades Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Secretaria de Operações Integradas – SEOPI e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP apresentarão seus respectivos números relacionados aos resultados operacionais, para acompanhamento das apreensões de armas, drogas e patrimoniais, bem como das operações realizadas. Será a oportunidade de conhecer o sistema que ficará disponível na internet para que qualquer cidadão consiga acessá-lo.
3. Em seguida o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, apresentou brevemente a pauta. Reforçou que a reunião do mês que vem, a ser realizada dia 26 de novembro, deverá ter acréscimo de tempo para contemplar o monitoramento do planejamento estratégico e a apresentação das unidades PF, PRF, SEOPI e SENASP.
4. A Sra. Sílvia Amélia Fonseca de Oliveira, Diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça – DRCI/SENAJUS, deu início ao monitoramento com o projeto estratégico “Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB”, que é uma rede de articulação de laboratórios de lavagem de dinheiro montada desde 2007 e coordenada pelo DRCI/SENAJUS. Esse projeto tem o objetivo de envolver os órgãos federais e estaduais que tratam do tema lavagem de dinheiro, contando atualmente com 53 (cinquenta e três) laboratórios. A sua importância consiste na possibilidade de centralizar dados sobre lavagem de dinheiro, tanto no cenário nacional, quanto no cenário internacional. Após a realização de um diagnóstico no ano de 2019, foi identificada uma grande divergência entre sistemas, equipamentos, capacitação e estrutura desses laboratórios. Sendo assim, o projeto buscou uniformizar a atuação de tais laboratórios em três frentes: tecnologia, capacitação e integração. Também, a partir do diagnóstico de 2019, foi feito um projeto piloto em que foram testados dois tipos de ferramentas, em nuvem e em local físico, e por fim foi optado pela ferramenta em nuvem. No dia 5 de outubro de 2020, foi iniciado o projeto piloto em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC, que é voltado para mensurar qual será o custo da disponibilização de infraestrutura em nuvem e buscar alternativas para os possíveis problemas identificados. Mudando para a frente de capacitação, foram identificados mais de 200 (duzentos) cursos de capacitação, para que o conhecimento do combate à lavagem de dinheiro seja do nível básico até o avançado. As capacitações presenciais foram prejudicadas, devido ao cenário ao longo do ano, mas foram substituídas por *webinars* que ultrapassaram a marca de três mil pessoas. Na frente de integração, a ideia é sempre disponibilizar as bases de dados das nuvens, com a sua gestão e os seus resultados.
5. O Secretário Nacional de Justiça, Sr. Cláudio Panoeiro, reforçou que o projeto apresentado anteriormente é de grande importância para padronizar os dados sobre a lavagem de dinheiro. Em relação ao indicador estratégico “Processos de reconhecimento da condição de refugiados decididos”, foram recebidos 230.000 (duzentos e trinta mil) processos de refúgio nos últimos anos. Por falta de uma política pública voltada para essa questão, eram julgados aproximadamente 300 (trezentos) processos por ano. A partir de 2019, houve uma mudança na metodologia de trabalho com o estabelecimento de metas para a superação desse passivo de 30% (trinta por cento) em 2020, 20% (vinte por cento) em 2021, 15% (quinze por cento) em 2022 e 15% (quinze por cento) em 2023. Para este ano, a meta de julgar 30.000 (trinta mil) processos de refugiados já foi atingida e até ao final do ano tem-se a expectativa de julgar algo próximo a 100.000 (cem mil) processos. Ademais, será feito um processo de saneamento de tudo que existe no Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, referentes aos julgamentos dos processos de refúgio, 100.000 (cem mil) pedidos de autorização de residência e 10.000.000 (dez milhões) de pedidos de movimento migratório (pessoas que entraram e saíram do Brasil que ainda têm os pedidos pendentes no sistema). Os resultados tão significativos do indicador em tão pouco tempo são devido a uma aproximação e integração com a PF, que garante um fluxo de informações, além da utilização de ferramentas para cruzar dados, além do estabelecimento de critérios técnicos para análise desses dados. Essas ações foram realizadas sem custo adicional e o recurso que sobrou do orçamento impositivo foi usada para trazer pessoas adicionais da Força Nacional.
6. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, esclareceu que o farol do indicador estratégico em questão está em vermelho no painel porque no *PowerBI* é considerado a meta dos quatro anos e não apenas a meta anual.

7. O próximo projeto foi “Alienação de ativos em todo o Brasil” exposto pelo Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora. Entre as atividades do projeto estão a implantação do modelo de ativos em todos os estados, a implantação do processo de conversão de moedas estrangeiras, a implantação do processo de bens móveis e imóveis, a expansão do projeto de alienação de imóveis para todo o país e a contratação da CAIXA para alienação de imóveis. Três dessas atividades já estão concluídas e as outras duas estão em sua fase final. Em relação ao indicador estratégico, foi designado o “Quantidade de ativos leiloados pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas”, que, até o momento, está com 2.487 (dois mil quatrocentos e oitenta e sete) ativos vendidos em relação à meta anual em torno de 4.000 (quatro mil). Inclusive já estão encaminhando a venda de mais 3.500 (três mil e quinhentos) bens com os leiloeiros, o que indica que ultrapassará a meta inicial. Em média são realizados de 6 (seis) a 8 (oito) leilões ao ano, mas em 2020 foram realizados, até agora, 83 (oitenta e três) leilões. Em relação a parcerias estratégicas, existe um acordo de cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB para a venda de ativos biológicos. Outro projeto foi a conversão de moeda estrangeira que acabou alienando 12.000.000 (doze milhões) de dólares junto com a Caixa Econômica. Também, no início do ano, foi aprovado pelo Banco Central, buscando evitar procedimentos mais complicados, a conversão de moeda estrangeira de maior valor. O Conselho Federal de Administração – CFA foi outra parceira para fazer a gestão de empresas apreendidas de operações de corrupção e outros crimes não relacionados a drogas, dentro das novas competências da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD. Outra cooperação é com a PF e com as polícias dos Estados em grandes operações, a exemplo da operação Ícaro que teve uma estimativa de arrecadação de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais).
8. A Sra. Tânia Fogaça, Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, manifestou interesse por parte das vendas e da destinação desses que são encaminhados para o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN para a construção de ambientes prisionais e outras estruturas.
9. Dando continuidade ao monitoramento, o Sr. Jeferson Lisbôa, Secretário da SEOPI, falou sobre a existência do planejamento de operações integradas e de outras operações internas da SEOPI que não são divulgadas, tal como o transporte e a comercialização de urânio, operações como a do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e aquelas que envolvem eleições. Além de operações de apoio nos estados que não entram nos dados de operações integradas. Há também uma divisão que trata somente de crimes tecnológicos.
10. O Sr. Tiago Ferreira apresentou o último projeto, o “Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO”, que é um programa de apoio ao combate ao crime organizado e que tem 6 (seis) subprojetos, todos na área de inteligência. O primeiro é a melhoria dos processos de produção do conhecimento na área de inteligência. Outra frente é a capacitação dos profissionais de segurança pública que é desenvolvida com o apoio da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN. Outro subprojeto é a Rede CRONOS, que é uma rede segura para tramitação de documentos de inteligência ao permitir verificar quem acessou o documento e quem compartilhou os dados, estando em processo adiantado com a portaria de institucionalização. A base de dados ORCRIM consiste em um sistema para categorização da base de dados criminais, trabalho realizado junto ao DEPEN. O Projeto Excel também se encontra em um nível avançado, onde o MJSP adquire os equipamentos de extração de dados de aparelhos móveis e distribui para quem faz a segurança pública, o qual são repassados ao ministério, que faz o cruzamento. Último subprojeto é a Ação Integrada com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF que é voltado para a qualificação da produção dos relatórios de inteligência financeira e dos profissionais que fazem tais relatórios. O único subprojeto atrasado é a “capacitação de profissionais de inteligência”, devido às restrições relacionadas à pandemia do Covid-19.
11. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, fez um breve comentário sobre a restrição ao uso de outras ferramentas, além do *PowerBI*, com a finalidade de reforçar a cultura organizacional do painel de dados e de estimular o poder de síntese que é necessário para a apresentação de cada projeto, devido ao curto tempo da reunião. Além disso, pediu para que o ponto da pauta fosse invertido e que o próximo tópico fosse execução orçamentária.
12. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, falou sobre a execução orçamentária, tema que está presente em todas as reuniões do CGE devido ao caráter de forte impacto nas entregas de políticas públicas para a sociedade. Destacou a importância de que os recursos sejam direcionados para entregas efetivas que gerem valor agregado. Outrossim, alertou para o previsto na Emenda Constitucional nº 100, que impõe a obrigatoriedade de executar 100% do recurso aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA. Apresentou um ranking detalhando o % de execução orçamentária de cada unidade. Alertou que haverá uma janela de oportunidades em novembro de alterações orçamentárias para viabilizar as execuções.
13. A Secretária Nacional do Consumidor, Sra. Juliana Domingues, comentou que vem buscando construir um melhor alinhamento entre a área de projetos e a área responsável pela execução orçamentária da Secretaria.

Essa comunicação é uma questão de mudança cultural e para o planejamento do ano que vem é importante ressaltar essa aproximação das áreas.

14. O Ministro, Sr. André Mendonça, teceu algumas considerações sobre o exercício de 2020. Ato contínuo, deixou claro que no exercício de 2021 deseja que 70% do orçamento do MJSP esteja executado no mês de junho, e requereu que os órgãos do Ministério se planejem nesse sentido.
15. Em continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, lembrou que foi definido que a Revisão de Avaliação da Estratégia – RAE de outubro apenas englobaria a alteração de cronograma, com todas as propostas validadas pelos Titulares. Explicou também que a simples revisão de cronograma não precisaria de uma resolução específica do CGE, e que seria registrada na memória desta reunião. O Sr. Tercio Tokano submeteu a validação da revisão aos componentes do CGE, que foi devidamente aprovada por unanimidade.
16. Referente ao painel de resultados operacionais, do qual participam PF, PRF, SEOPI e SENASP, o Sr. David Freitas pediu agilidade no repasse de informações, a fim de que o painel esteja devidamente atualizado para a apresentação na próxima reunião do CGE.
17. Prosseguindo com a pauta, o Sr. Carlos Alberto dos Santos Silva, da Assessoria Especial de Controle Interno – AEI, falou sobre a urgência de colocar em prática o funcionamento e o monitoramento da gestão de riscos que foi implementada recentemente no Ministério. A prioridade é monitorar os processos que viabilizam os indicadores e os projetos estratégicos, atualmente em cerca de 400 (quatrocentos) processos, dos quais 47 (quarenta e sete) são estratégicos. Esse monitoramento de gestão de risco dos processos precisa ser feito até o dia 31/03/2021. Atualmente, estão sendo realizadas as implantações dos projetos pilotos nas unidades PF, PRF e DEPEN. Nos próximos dias, a equipe da Coordenação-Geral de Gestão Estratégica – CGGE repassará a atualização da lista de processos estratégicos, e os dirigentes serão cadastrados no sistema Agir pela equipe da AEI. É importante ressaltar que estão sendo feitos treinamentos e oficinas para a utilização do sistema.
18. A Sra. Claudete Trapp, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, destacou que foi feita uma revisão na vinculação dos projetos e dos indicadores estratégicos aos processos da Cadeia de Valor, em função da última RAE, já validada pelas unidades.
19. Em seguida, o Secretário-Executivo deu os encaminhamentos a seguir listados: i) o processo SEI de monitoramento (coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos) deverá ser feito até o dia 10 de novembro (08011.000174/2020-15); ii) monitoramento qualitativo das entregas efetivas de projetos estratégicos, e outras relevantes, e dificuldades (60 dias) – Novo fluxo do GM será até o dia 10 de novembro; iii) unidades que apresentarão o andamento de 1 (um) projeto e de 1 (um) indicador na próxima reunião (PF: Projeto “Brasil M.A.I.S” e indicador “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal”; PRF: Projeto “Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito” e indicador “Operações de combate à criminalidade”; e FUNAI: Projeto “Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto – CMR/FUNAI” e indicador “Número de expedições realizadas”); e iv) apresentação dos Resultados Operacionais, a partir da próxima reunião do CGE dia 26 de novembro, para acompanhamento das apreensões de armas, drogas e patrimoniais, bem como de operações realizadas pela PF, PRF e SENASP/Força Nacional (5 minutos para cada unidade).
20. O Sr. Eduardo Augusto Muniz de Souza, representante da PRF, reiterou a necessidade de atualizar a Cadeia de Valor da PRF. A Sra. Claudete informou que o Plano de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - PGT foi assinado, e que a atualização da Cadeia de Valor deverá ser feita de acordo com o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado - TransformaGov, seguindo o padrão do Ministério da Economia, com previsão para o final de fevereiro de 2021. Por fim, pediu a atenção para a assinatura da memória de reunião do CGE o mês de novembro de 2020.
21. Por fim, o Sr. Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, deu por encerrada a reunião, ressaltando a necessidade do atingimento das metas e dos resultados nesse fim do ano.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 11/11/2020, às 18:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 11/11/2020, às 19:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 11/11/2020, às



19:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 11/11/2020, às 20:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 12/11/2020, às 10:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Goulart dos Santos, Usuário Externo**, em 12/11/2020, às 14:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente de Projeto**, em 12/11/2020, às 16:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 12/11/2020, às 17:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 12/11/2020, às 18:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Clay Porcino Silva, Usuário Externo**, em 13/11/2020, às 08:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 13/11/2020, às 10:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 16/11/2020, às 11:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 18/11/2020, às 16:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AUGUSTO MUNIZ DE SOUZA, Usuário Externo**, em 18/11/2020, às 18:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 19/11/2020, às 16:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 23/11/2020, às 11:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 23/11/2020, às 13:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de**



**Controle Interno**, em 24/11/2020, às 16:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lisbôa Gimenes, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 10/12/2020, às 15:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAÚJO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 09/02/2021, às 11:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 12/02/2021, às 21:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO SORRENTI HAUER VIEIRA, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 18/02/2021, às 15:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13045670** e o código CRC **B8EFCF3E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.